

Prefeitura Municipal de Varginha - MG

VARGINHA-MG

Auxiliar de Creche

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS).....	11
■ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS.....	13
SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS.....	13
■ PONTUAÇÃO	14
■ ORTOGRAFIA.....	16
■ CLASSES DE PALAVRAS:USO E SENTIDO QUE IMPRIMEM ÀS RELAÇÕES QUE ESTABELECEM	17
ARTIGO	17
NUMERAL.....	17
SUBSTANTIVO	18
ADJETIVO.....	20
ADVÉRBO	22
PRONOME	24
Colocação Pronominal	27
VERBO	28
PREPOSIÇÃO	33
CONJUNÇÃO.....	36
INTERJEIÇÃO.....	37
■ REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	37
■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	39
■ CRASE	44
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	53
■ OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS	53
■ MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM.....	59
■ RAZÃO E PROPORÇÃO	61

JURO SIMPLES	65
REGRA DE TRÊS SIMPLES	66
REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	68
PORCENTAGEM	71
■ MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES E PONDERADA	72
■ SISTEMA DE EQUAÇÕES DO 1º GRAU	73
■ RELAÇÃO ENTRE GRANDEZAS: TABELAS E GRÁFICOS.....	76
■ SISTEMAS DE MEDIDAS USUAIS	81
■ NOÇÕES DE GEOMETRIA – RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA	84
ÂNGULO.....	84
TEOREMA DE PITÁGORAS.....	86
FORMA E ÁREA.....	87
PERÍMETRO	89
VOLUME	89
■ ESTRUTURA LÓGICA DAS RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, COISAS, EVENTOS FICTÍCIOS.....	96
DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES	98
■ IDENTIFICAÇÃO DE REGULARIDADES DE UMA SEQUÊNCIA.....	98
NUMÉRICA OU FIGURAL, DE MODO A INDICAR QUAL É O ELEMENTO DE UMA DADA POSIÇÃO	98
■ ESTRUTURAS LÓGICAS E LÓGICAS DE ARGUMENTAÇÃO	103
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	111
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	119
■ MS-WINDOWS	119
CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS.....	119
ÁREA DE TRABALHO	122
ÁREA DE TRANSFERÊNCIA.....	124
MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS.....	125
USO DOS MENUS	130
PROGRAMAS E APLICATIVOS.....	131

INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS	135
■ MS-OFFICE ATUALIZADO	137
ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS	137
EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS	139
FONTES	140
CABEÇALHOS	141
PARÁGRAFOS	141
MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS	142
TABELAS	143
IMPRESSÃO	144
CONTROLE DE QUEBRAS, NUMERAÇÃO DE PÁGINAS E COLUNAS	145
LEGENDAS	146
ÍNDICES	146
INSERÇÃO DE OBJETOS	147
CAMPOS PREDEFINIDOS	148
CAIXAS DE TEXTO	148
■ MS-EXCEL ATUALIZADO	149
ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS	149
CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS	151
ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS	152
USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS	156
IMPRESSÃO	159
INSERÇÃO DE OBJETOS	159
CAMPOS PREDEFINIDOS	162
CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS	162
OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS	163
CLASSIFICAÇÃO DE DADOS	165
■ MS-POWERPOINT ATUALIZADO	166
ESTRUTURA BÁSICA DAS APRESENTAÇÕES,	168
CONCEITOS DE SLIDES	169

ANOTAÇÕES.....	170
CABEÇALHOS E RODAPÉS	171
NOÇÕES DE EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES.....	173
RÉGUA E GUIAS	175
INSERÇÃO DE OBJETOS	175
Botões de Ação.....	176
Numeração de Páginas	176
ANIMAÇÃO E TRANSIÇÃO ENTRE SLIDES	179
■ CORREIO ELETRÔNICO	182
USO DO CORREIO ELETRÔNICO	183
PREPARO E ENVIO DE MENSAGENS.....	183
ANEXAÇÃO DE ARQUIVOS.....	184
■ INTERNET	186
NAVEGAÇÃO INTERNET	187
CONCEITOS DE URL.....	190
LINKS.....	191
SITES	192
BUSCA	193
IMPRESSÃO DE PÁGINAS	194
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	199
■ OBJETIVOS E FUNÇÕES DA CRECHE	199
■ ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: A DIREÇÃO E O COTIDIANO DA CRECHE.....	199
■ ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (FÍSICO, SOCIAL, COGNITIVO E AFETIVO)	200
■ CUIDADOS FÍSICOS COM A CRIANÇA.....	201
O AMBIENTE FÍSICO/AFETIVO DA CRECHE.....	201
■ A RELAÇÃO AGENTE DE CUIDADOS INFANTIS – CRIANÇA.....	201
■ JOGOS INFANTIS	202
■ NOÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	203
■ NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS.....	204

FRATURAS, HEMORRAGIAS, QUEIMADURAS, DESMAIOS, CONVULSÕES E FERIMENTOS	204
■ NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO	211
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ARTIGOS 205 A 214)	211
LEI Nº 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO	215
LEI Nº 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ARTIGOS 1º AO 6º E 53 A 69)	242
POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	245
PARECER CNE/CP 8/2012 – DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	247
■ ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA (LEI Nº 2.673/1995).....	249

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

OBJETIVOS E FUNÇÕES DA CRECHE

A creche constitui a primeira etapa institucional do processo educacional e configura-se como um espaço que combina, de maneira indissociável, práticas de cuidado e ações pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral da criança. Sua função transcende o acolhimento físico e a assistência básica, apresentando-se como ambiente formador de experiências que favorecem a constituição subjetiva, emocional, social e cognitiva dos indivíduos em seus primeiros anos de vida. Desde o reconhecimento legal da creche como parte da educação básica, com a promulgação da Lei nº 9.394/1996, reforçou-se o entendimento de que o atendimento à primeira infância não deve ser apenas um suporte familiar ou uma alternativa à ausência dos responsáveis, mas uma política pública para promoção de direitos e ao desenvolvimento de competências fundamentais.

Essa mudança de paradigma reforçou a exigência de práticas planejadas e intencionais que considerem a criança como sujeito de direitos, ativa em suas interações com o meio e detentora de múltiplas linguagens. A creche, nesse contexto, tem como um de seus principais objetivos garantir o pleno desenvolvimento das capacidades infantis desde os primeiros meses de vida, assegurando condições que favoreçam a exploração do ambiente, a socialização com outras crianças e adultos, a construção de vínculos afetivos estáveis e a vivência de experiências culturais diversas. Tais objetivos estão ancorados em concepções contemporâneas de infância, que afastam visões passivas e assistencialistas e reconhecem a criança como cidadã desde o nascimento, com potencialidades a serem ampliadas por meio do acesso a ambientes educativos de qualidade.

As funções da creche, portanto, estão diretamente ligadas à criação de um cotidiano que promova aprendizagens significativas, sem deixar de considerar os cuidados básicos com alimentação, higiene, segurança e afeto. Isso exige da instituição um compromisso ético e técnico com a proteção integral da criança, assegurando práticas que respeitem seus ritmos, suas necessidades e suas expressões. O espaço da creche deve ser organizado para que a criança possa se mover com liberdade, expressar suas ideias, conviver com a diversidade, resolver conflitos e construir sua autonomia. Cada atividade cotidiana — desde a troca de fraldas até os momentos de brincadeira — é potencialmente formadora, e deve ser planejada com base em pressupostos pedagógicos que considerem a complexidade do processo de desenvolvimento humano.

Outro aspecto da função da creche é o fortalecimento do vínculo entre família e instituição. A parceria com os responsáveis legais deve ser pautada no diálogo contínuo e na escuta recíproca, pois o

ambiente doméstico e o ambiente institucional, embora distintos, são igualmente importantes na trajetória da criança. A construção de uma relação de confiança entre famílias e profissionais da creche é condição indispensável para garantir um processo educativo coerente, estável e enriquecedor. Assim, os objetivos da creche também incluem a mediação de relações sociais mais amplas, a inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade e o enfrentamento de desigualdades que afetam o acesso e a permanência de crianças em contextos educativos qualificados.

A dimensão política da função da creche não pode ser desconsiderada. Como política pública, ela deve contribuir para a ampliação do acesso à educação infantil, especialmente nas comunidades com menor oferta de serviços, e para a construção de uma sociedade mais justa, que valorize a infância como uma das fases mais importantes da vida. As funções pedagógicas e sociais da creche devem ser articuladas com outras políticas, como saúde, assistência social, cultura e direitos humanos, promovendo uma atuação intersetorial que atenda de forma integrada às múltiplas demandas da primeira infância.

Nesse sentido, cuidar e educar não são atividades distintas, mas dimensões de uma mesma prática que exige formação técnica, sensibilidade ética e compromisso social. Os profissionais que atuam na creche devem ser preparados para compreender e responder às especificidades da infância, planejando ações que não apenas cumpram tarefas rotineiras, mas que promovam intencionalmente o desenvolvimento, o bem-estar e a aprendizagem. A qualificação da equipe, a organização do tempo e do espaço, a elaboração de projetos pedagógicos e a construção de uma cultura institucional centrada nos direitos da criança são elementos fundamentais para que os objetivos e funções da creche sejam efetivamente alcançados.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: A DIREÇÃO E O COTIDIANO DA CRECHE

A organização administrativa da creche requer uma estrutura funcional que integre, de maneira articulada e eficiente, os aspectos pedagógicos, operacionais, financeiros e humanos que sustentam o cotidiano institucional. A administração de uma unidade de educação infantil envolve muito mais do que a supervisão de tarefas burocráticas. Ela exige uma visão sistêmica da instituição, que considere a complexidade do trabalho com a primeira infância, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil e as diretrizes educacionais estabelecidas nas políticas públicas. A direção da creche, nesse cenário, exerce uma função estratégica, sendo responsável por garantir o funcionamento pleno da unidade, assegurando a coerência entre a proposta pedagógica e a prática diária.

O papel da direção ultrapassa os limites administrativos convencionais, sendo um escopo com foco na mediação entre os diversos atores da instituição — professores, agentes de cuidados, famílias, equipe de apoio e gestão pública. Cabe à equipe diretiva coordenar a alocação e uso eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros, assegurando que todas as condições estejam reunidas para o bom andamento

das atividades educativas e de cuidado. A liderança exercida por essa equipe deve estar embasada em princípios democráticos, promovendo a participação ativa dos diferentes segmentos institucionais, fortalecendo a escuta, o diálogo, a corresponsabilidade e o respeito à diversidade cultural e social das famílias atendidas. Essa abordagem participativa fortalece o vínculo entre a creche e a comunidade, ampliando a legitimidade das ações desenvolvidas e promovendo maior comprometimento coletivo com a qualidade do serviço prestado.

No que diz respeito à dinâmica cotidiana da creche, a rotina institucional deve ser planejada de modo a oferecer estabilidade, mas também abertura à experimentação. A previsibilidade, quando equilibrada com a flexibilidade, proporciona à criança segurança emocional, permitindo que ela compreenda a organização do tempo e desenvolva autonomia no dia a dia. Entretanto, a rotina não deve ser rígida nem padronizada de forma inflexível; ao contrário, precisa se adaptar às necessidades do grupo e às particularidades de cada criança, garantindo espaço para a livre expressão, para o brincar e para o surgimento de experiências significativas.

A rotina diária deve contemplar momentos estruturados e espontâneos, organizando atividades relacionadas à alimentação, ao descanso, à higiene, às interações e às brincadeiras. Esses momentos não são neutros nem meramente operacionais, mas constituem-se como espaços de aprendizagem e cuidado que demandam planejamento pedagógico, sensibilidade ética e conhecimento técnico por parte dos profissionais. O planejamento, nesse sentido, deve ser contínuo e coletivo, envolvendo tanto a equipe pedagógica quanto a gestão, com vistas a promover ações que sejam coerentes com a proposta da instituição e que respeitem os direitos das crianças à convivência, à escuta e à ludicidade.

A atuação da direção deve, ainda, garantir condições de trabalho adequadas aos profissionais da creche, assegurando a formação continuada, o acompanhamento pedagógico e o fortalecimento de práticas colaborativas. Uma gestão eficaz reconhece o valor de cada membro da equipe e promove ambientes que incentivem o protagonismo profissional, o compromisso ético e a construção conjunta de saberes. Essa postura fortalece a identidade institucional da creche como espaço educativo, promotor de direitos e corresponsável pelo desenvolvimento pleno da infância.

A estrutura administrativa da creche não deve ser compreendida apenas como um conjunto de tarefas organizacionais, mas como uma instância de articulação entre projeto pedagógico, relações humanas e políticas públicas. Quando bem estruturada e conduzida com responsabilidade e intencionalidade, a administração da creche possibilita um ambiente favorável ao cuidado educativo, à valorização da infância e à construção de uma comunidade mais justa e solidária, comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento das novas gerações.

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (FÍSICO, SOCIAL, COGNITIVO E AFETIVO)

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Como mencionado anteriormente, a linguagem desempenha papel central no desenvolvimento das funções cognitivas superiores. De acordo com Vygotsky (2001), é por meio da linguagem que a criança internaliza conhecimentos, organiza o pensamento e amplia sua capacidade de raciocínio abstrato. A linguagem permite nomear objetos, expressar ideias, formular hipóteses e refletir sobre as próprias ações. Ao falar, a criança não apenas comunica, mas pensa com palavras, construindo sentido sobre o mundo ao seu redor.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EMOCIONAL

A linguagem também cumpre um papel essencial nas dimensões afetiva e social da criança. Bruner (2001) afirma que o desenvolvimento ocorre no contexto de interações significativas, em que a linguagem atua como principal meio de mediação cultural e emocional. É por meio da linguagem que a criança aprende a comunicar sentimentos, resolver conflitos, cooperar com os outros e expressar suas necessidades.

Tal fato contribui diretamente para a construção de vínculos afetivos e o desenvolvimento da autorregulação emocional. A escuta, o diálogo e a possibilidade de ser compreendida favorecem a construção de relações interpessoais positivas e fortalecem o sentimento de pertencimento.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A linguagem está fortemente ligada à construção da identidade pessoal, social e cultural. Ao se expressar e ser escutada em diferentes contextos, a criança desenvolve autoestima, autonomia e senso de pertencimento. Bakhtin (2003) destaca que a linguagem é essencialmente dialógica, ou seja, ela se configura no encontro com o outro, sendo, ao mesmo tempo, expressão individual e construção coletiva.

Nessa experiência, a criança se reconhece como sujeito singular, mas também incorpora as diferenças e as vozes que compõem a diversidade do mundo social. Assim, a linguagem favorece tanto a afirmação da própria identidade quanto o reconhecimento da alteridade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Ministério da Educação**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Base0416.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRUNER, J. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CUIDADOS FÍSICOS COM A CRIANÇA

Os cuidados físicos oferecidos à criança no contexto da creche constituem um dos pilares fundamentais da ação institucional, especialmente por envolverem diretamente a garantia de condições adequadas para o crescimento saudável e o desenvolvimento pleno na primeira infância. Esses cuidados abrangem um conjunto articulado de práticas que envolvem saúde, nutrição, higiene e segurança, elementos inseparáveis da rotina educativa e que exigem formação técnica, sensibilidade ética e intencionalidade pedagógica por parte dos profissionais envolvidos. Não se trata apenas de ações operacionais, mas de práticas que asseguram o direito à vida, ao bem-estar e à dignidade da criança, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e nas diretrizes curriculares da educação infantil.

O atendimento eficaz a essas necessidades requer, primeiramente, uma abordagem humanizada, que considere as especificidades do corpo infantil, respeite os tempos individuais e valorize o cuidado como dimensão constitutiva da ação educativa. Os principais cuidados físicos compreendem, entre outros aspectos, o acompanhamento sistemático do crescimento e do desenvolvimento das crianças, com base em indicadores de saúde e marcos do desenvolvimento neuropsicomotor, bem como a promoção de hábitos saudáveis, como a higiene pessoal e a alimentação equilibrada. A creche deve atuar de forma preventiva, observando possíveis sinais de alterações comportamentais ou fisiológicas, e estabelecendo vínculos com os serviços de saúde da rede pública quando necessário.

A prevenção de acidentes constitui outra dimensão relevante dos cuidados físicos. Para isso os espaços da creche devem ser planejados com base em critérios de segurança física, contemplando materiais apropriados à faixa etária, mobiliários sem arestas cortantes, pisos antiderrapantes, portões com travamento seguro e áreas externas protegidas. A sinalização clara e o monitoramento contínuo dos ambientes reduzem os riscos de quedas, choques ou ingestão acidental de objetos inadequados. As atividades cotidianas devem ser supervisionadas com atenção, respeitando a autonomia das crianças, mas garantindo intervenções rápidas sempre que necessário para preservar sua integridade física.

A nutrição infantil, por sua vez, deve ser entendida como componente da promoção da saúde e do desenvolvimento. A alimentação oferecida na creche precisa ser planejada por nutricionistas, conforme orientações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), levando em conta as necessidades específicas de cada faixa etária, as condições clínicas das crianças e aspectos culturais e regionais. O cardápio deve ser balanceado, diversificado e adaptado às possibilidades alimentares de cada grupo, incluindo orientações sobre alergias e restrições alimentares. A manipulação dos alimentos, o armazenamento e o preparo das refeições devem seguir normas rigorosas de higiene e controle de qualidade, de acordo com as diretrizes da ANVISA, especialmente as resoluções da RDC nº 275/2002 e RDC nº 216/2004.

A higiene, enquanto prática cotidiana, vai além da limpeza corporal e dos ambientes. Ela abrange também a educação para o autocuidado, ou seja, a introdução de hábitos de higiene pessoal, como lavar as

mãos, escovar os dentes e utilizar o sanitário de forma adequada. Essas práticas devem ser integradas à rotina com naturalidade, transformando-se em oportunidades educativas e de construção da autonomia infantil. A higienização dos espaços e utensílios deve ser realizada com regularidade, seguindo orientações específicas quanto ao uso de produtos sanitizantes, à frequência da limpeza e à destinação adequada de resíduos, especialmente em áreas como berçários, fraldários e refeitórios.

É imprescindível, ainda, que os profissionais diretamente envolvidos nos cuidados físicos — como Agentes de Cuidados Infantis, auxiliares de desenvolvimento infantil e técnicos de alimentação — recebam formação inicial e continuada sobre temas como primeiros socorros, biossegurança, desenvolvimento infantil, protocolos de higiene e nutrição. Essa formação deve ser planejada com base nas orientações das diretrizes curriculares nacionais e nas políticas locais de saúde e educação, fortalecendo a atuação qualificada e comprometida da equipe. A ausência de formação técnica adequada pode comprometer não apenas a eficácia dos cuidados, mas também a saúde das crianças e o ambiente institucional como um todo.

Assim, os cuidados físicos na creche não se limitam a uma dimensão instrumental da rotina, mas integram o processo educativo como condição para a aprendizagem, a convivência e o exercício dos direitos da criança. Ao assegurar práticas consistentes de cuidado em saúde, nutrição, higiene e segurança, a creche cumpre sua função social e educativa, garantindo ambientes acolhedores, éticos e promotores de vida.

O AMBIENTE FÍSICO/AFETIVO DA CRECHE

A concepção do ambiente na creche abrange não apenas os aspectos físicos, como mobiliário, materiais e disposição dos espaços, mas também os aspectos simbólicos e relacionais que constituem a vivência cotidiana das crianças. Um ambiente responsivo, acolhedor e esteticamente planejado favorece o bem-estar, a autonomia e a construção de vínculos afetivos. A organização dos espaços deve permitir a livre circulação das crianças, a exploração de materiais diversos e a realização de atividades coletivas e individuais, respeitando os ritmos e interesses dos pequenos.

O ambiente afetivo está intrinsecamente relacionado à qualidade das interações estabelecidas entre crianças e adultos. A afetividade é um elemento central na constituição da subjetividade infantil e deve perpassar todas as ações pedagógicas e de cuidado. O acolhimento sensível, o respeito aos sentimentos e a escuta atenta contribuem para a construção de um clima de confiança e segurança emocional, condição indispensável para o desenvolvimento saudável na primeira infância. Portanto, o ambiente da creche deve ser pensado como um espaço de escuta, de presença e de relações significativas.

A RELAÇÃO AGENTE DE CUIDADOS INFANTIS – CRIANÇA

O Agente de Cuidados Infantis (ACI) desempenha uma função central e insubstituível na estrutura da creche, sendo responsável pela execução de atividades

que garantem o cuidado direto às crianças nos múltiplos momentos do cotidiano institucional. Essa atuação inclui, de forma integrada, o acompanhamento da higiene pessoal, a administração das refeições, o manejo do repouso, a observação de sinais clínicos e comportamentais e o suporte contínuo às interações sociais e às atividades lúdicas. Ao longo do dia, é o ACI quem permanece mais tempo junto à criança, construindo com ela uma relação de confiança que influencia significativamente seu bem-estar e sua segurança emocional.

A complexidade dessa função exige do profissional um conjunto articulado de competências técnicas, éticas e relacionais. O domínio de procedimentos de higiene, nutrição e primeiros socorros deve estar associado à capacidade de escuta, à empatia e à compreensão das necessidades expressas pelas crianças, muitas vezes por meio de gestos, expressões corporais ou comportamentos não verbais. A atuação do ACI não se limita, portanto, a cumprir tarefas rotineiras, mas envolve a construção de vínculos afetivos e a criação de um ambiente seguro, acolhedor e promotor de aprendizagens. É por meio da presença atenta, do toque cuidadoso e da disponibilidade emocional que se estabelece a confiança recíproca para o desenvolvimento da autonomia e da autoestima na infância.

A qualidade da relação estabelecida entre o ACI e a criança repercute diretamente no desenvolvimento emocional e social do educando. Pequenos gestos cotidianos, como o cuidado delicado com o corpo durante a troca de fraldas, o olhar atento durante uma crise de choro ou a escuta sensível diante de um pedido de ajuda, compõem o tecido relacional que sustenta a segurança afetiva da criança. Essa segurança é a base para a construção da autonomia, da iniciativa e da exploração do ambiente. O ACI atua na mediação das interações entre pares, atuando como modelo de comportamento, facilitador de conflitos e promotor de convivência respeitosa e solidária.

Além disso, o ACI possui um papel estratégico na observação do comportamento infantil, identificando sinais de desenvolvimento ou eventuais dificuldades que possam ser discutidas em conjunto com a equipe pedagógica. Suas percepções, registradas de forma sistemática, alimentam o planejamento educativo e contribuem para a personalização das estratégias adotadas no cuidado e na aprendizagem. A escuta ativa e a atenção qualificada ao comportamento das crianças permitem uma atuação preventiva em casos de alterações no padrão alimentar, de sono, de interação social ou de manifestação de desconforto físico, fortalecendo o cuidado integral e oportuno.

Para que essa atuação ocorra de maneira eficaz, a formação profissional do ACI precisa ser contínua e contextualizada, envolvendo conteúdos voltados ao desenvolvimento infantil em seus múltiplos aspectos — físico, motor, emocional, social e cognitivo —, bem como fundamentos éticos, práticas pedagógicas e conhecimentos técnicos como primeiros socorros, biossegurança e nutrição infantil. Essa formação deve ser articulada com a proposta pedagógica da instituição e sustentada por políticas públicas que valorizem a carreira, os saberes profissionais e as condições adequadas de trabalho.

JOGOS INFANTIS

O jogo, na infância, não se limita a uma simples atividade de entretenimento, mas constitui uma linguagem expressiva e estruturante da subjetividade infantil. Por meio do brincar, a criança elabora experiências, reconstrói simbolicamente o mundo ao seu redor e vivencia intensamente os processos de socialização, construção do conhecimento e desenvolvimento emocional. O jogo é uma manifestação cultural própria da infância, sendo reconhecido tanto pela psicologia do desenvolvimento quanto pela pedagogia como elemento para o crescimento físico, cognitivo, afetivo e social. A presença dos jogos no cotidiano da creche não deve ser ocasional ou periférica, mas organizada de forma intencional e planejada, integrando-se às práticas pedagógicas como recurso privilegiado de aprendizagem e expressão.

Os jogos infantis podem ser classificados em diferentes categorias, conforme suas características e funções no desenvolvimento: os jogos simbólicos, nos quais a criança simula situações do cotidiano e representa papéis sociais, favorecendo a construção de significados e a compreensão da realidade; os jogos de regras, que envolvem a negociação, o respeito a normas e a convivência com a frustração e a espera; os jogos motores, que exploram o corpo e o espaço, desenvolvendo habilidades psicomotoras e a consciência corporal; e os jogos construtivos, nos quais a criança manipula objetos e materiais com objetivos criativos, promovendo a coordenação, a concentração e o raciocínio lógico. Cada uma dessas categorias oferece possibilidades singulares de aprendizagem e deve ser valorizada em consonância com a proposta curricular da instituição.

Para que os jogos cumpram seu papel formativo, o planejamento das atividades lúdicas na creche precisa considerar múltiplos fatores: a faixa etária das crianças, seus interesses e ritmos, a organização dos espaços, os recursos materiais disponíveis e, sobretudo, os objetivos pedagógicos definidos coletivamente pela equipe docente. O brincar deve ser garantido como um direito da criança, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, sendo incorporado de forma estruturada ao cotidiano institucional. Isso implica oferecer tempos e espaços adequados ao jogo, com materiais acessíveis, seguros e diversos, que estimulem a experimentação, a cooperação e a livre expressão.

O papel do educador não é o de conduzir ou controlar a brincadeira, mas de observar, interagir com sensibilidade e oferecer intervenções pontuais que ampliem as possibilidades de exploração e de aprendizagem. É necessário encontrar o equilíbrio entre a intencionalidade pedagógica e o respeito à autonomia da criança, garantindo que ela tenha liberdade para inventar, testar hipóteses, criar narrativas e vivenciar situações imaginárias com espontaneidade. A intervenção docente deve acontecer como escuta ativa e como suporte ao aprofundamento das experiências, e não como imposição de rotinas ou instruções rígidas.

Por meio dos jogos, a criança aprende a lidar com regras, a resolver conflitos, a expressar emoções, a partilhar ideias e a desenvolver a empatia. O jogo promove a linguagem, a memória, a atenção, o pensamento criativo e a imaginação — competências essenciais ao longo de toda a vida. Além disso, o brincar coletivo

favorece a construção de vínculos afetivos, o respeito à diversidade e a prática de valores como solidariedade, responsabilidade e cooperação. O ambiente da creche, ao favorecer o jogo em suas múltiplas formas, contribui para formar crianças mais seguras, críticas, curiosas e sensíveis às relações humanas.

NOÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva atua no âmbito da promoção da inclusão social e educacional de todas as pessoas. Nesse aspecto, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, define em seu art. 1º que:

Art. 1º *É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.*

Essa perspectiva de inclusão social e educacional é trabalhada rumo a superação de uma lógica de segregação e exclusão que se fazia vigente na sociedade de modo geral.

As políticas públicas que regem essa perspectiva de inclusão social e escolar são fruto do engajamento de movimentos sociais, pessoas com deficiência bem como de seus familiares, para a garantia de direitos desde os mais básicos aos mais abrangentes, de modo que tais políticas promovam a inclusão de todas as pessoas.

Tratando-se dessas políticas, então, defende-se que são de grande relevância para a efetivação de práticas educativas que garantam a acessibilidade e permanência de pessoas que demandam um Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Nesse direcionamento, cumpre assinalar um importante documento que visa direcionar para a implementação de práticas educativas que atendam também as necessidades especiais dos estudantes: a **Declaração de Salamanca** (1994) que trata dos **Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Desse modo, oportuniza o acesso de pessoas com deficiência nas escolas regulares, o que figura a inclusão escolar em seu caráter amplo, ou seja, de maneira que as diferenças sejam valorizadas nas relações e trabalhadas com base nas potencialidades e especificidades dos diferentes grupos. Nesta discussão, Miranda (2019, p. 15) acentua o seguinte:

O princípio básico da inclusão escolar, de acordo com essa Declaração, consiste em que as escolas reconheçam as diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que proporcione a aprendizagem por meio de um currículo apropriado e modificações organizacionais, das estratégias de ensino, entre outros. (UNESCO, 2000 apud MIRANDA, 2019, p. 15)

À vista disso, a perspectiva de educação inclusiva está pautada na construção de um currículo que valorize as diferenças, bem como direciona suas práticas educativas para se atingir os objetivos de aprendizagem de todos os estudantes, considerando suas diferentes necessidades.

Isso implica em modificar as estruturas organizacionais e estratégias de ensino das escolas regulares, para que estes espaços sejam acessíveis a todos os estudantes. A educação inclusiva, então, se preocupa com estratégias de ensino que atendam às singularidades dos estudantes, já que é certo que cada um possui um ritmo de aprendizagem, uma condição física e intelectual específica, bem como realidade social distinta.

O Capítulo II, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, trata do aspecto da Igualdade e da Não Discriminação, em seu art. 4º define-se que:

Art. 4º *Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.*

Nessa compreensão, a educação inclusiva é concebida como princípio da igualdade de oportunidades, de maneira que não sofram nenhum tipo de discriminação. Isso significa oferecer nas escolas regulares espaços para se efetivarem as aprendizagens de todos os estudantes, no que concerne ao acesso e permanências deles.

Nesse panorama, a Declaração de Salamanca indica que “[...] cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias” (UNESCO, 1994). Portanto, o reconhecimento das especificidades, interesses e capacidades de cada estudante é aspecto primordial no desenvolvimento das práticas educativas, bem como de toda a organização do ensino regular.

Para essa organização do ensino regular, a Declaração de Salamanca (1994) oferece orientações importantes. Uma delas diz respeito ao seguinte:

Conceder a maior prioridade, através das medidas de política e através das medidas orçamentais, ao desenvolvimento dos respectivos sistemas educativos, de modo a que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais. (UNESCO, 1994)

Isso significa que as políticas públicas precisam atender as reais necessidades da sociedade como um todo, caracterizada como diversa e que requer de políticas de inclusão social e educacional. Tais diferenças, então, fazem parte da identidade de cada estudante, as quais devem ser valorizadas pelos currículos da escola regular.

Ademais, ressalta-se o que está disposto no art. 8º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

Art. 8º *É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.*

Estas determinações da legislação brasileira proíbem que a efetivação dos direitos básicos e outros mais abrangentes é dever do Estado, da sociedade e da família. Nesse quesito, a educação inclusiva requer uma articulação entre estas três esferas da sociedade, para que, assim, se desenvolva um ensino significativo aos estudantes, e que assegure o atendimento de suas especificidades, bem como o princípio da igualdade de oportunidades seja assegurado nas políticas públicas, e nas práticas educativas das escolas regulares.

Nessa lógica, espera-se das ações governamentais:

- *Estabelecer mecanismos de planejamento, supervisão e avaliação educacional para crianças e adultos com necessidades educativas especiais, de modo descentralizado e participativo;*
- *Encorajar e facilitar a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência no planejamento e na tomada de decisões sobre os serviços na área das necessidades educativas especiais.* (UNESCO, 1994).

Sendo assim, o planejamento, supervisão e avaliação devem ser realizados de maneira participativa. Isso torna-se possível com ações descentralizadas, que se pautam em objetivos de aprendizagem que considerem as diferentes necessidades dos estudantes.

Para isso, ações que encorajam e facilitam a participação dos familiares, comunidades, e organizações de pessoas com deficiência são um passo fundamental para o desenvolvimento da educação inclusiva. Tratando-se das ações para a inclusão de todas as pessoas na educação regular, insere-se a proposta de garantia da educação como direito fundamental de todas as pessoas. Nesse aspecto, a Declaração de Salamanca ainda propõe que:

[...] os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades. (UNESCO, 1994)

As escolas regulares precisam ser planejadas para se efetivar o atendimento dos estudantes com suas especificidades. O currículo destas escolas regulares, então, deverá ser pensado e elaborado de maneira participativa, para que as diferenças realmente constituam a proposta de educação inclusiva destas instituições. Sendo assim, indica-se que:

A educação Inclusiva consiste em um processo de mudança cujo propósito é de transformar a visão educacional, não visando apenas alcançar o discente, mas a todos que fazem parte da educação (como o docente, diretor e todos os demais que sejam integrantes da rede de ensino). (VIEIRA, 2019, p. 147)

Isso significa que o processo de mudança que envolve a educação inclusiva é guiado por uma nova visão educacional, que não é a de integrar os estudantes, mas, sim a de promover um espaço inclusivo, que seja construído para ser acessível e de caráter potencializador das aprendizagens dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 17 jan. 2023.

gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 17 jan. 2023.

MIRANDA, F. D. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, Manaus, v. 2, n. 3, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867>. Acesso em: 18 jan. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 18 jan. 2023.

VIEIRA, F. V. Direito fundamental à educação inclusiva. **Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico**, volume 5, artigo nº 11, julho/dezembro 2019. Disponível em: <http://reinpeconline.com.br/index.php/reinpec/article/view/315>. Acesso em: 19 jan. 2023.

NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

FRATURAS, HEMORRAGIAS, QUEIMADURAS, DESMAIOS, CONVULSÕES E FERIMENTOS

Os primeiros socorros constituem um conjunto de intervenções imediatas realizadas em vítimas de acidentes ou mal súbito, com o objetivo de preservar a vida, reduzir riscos de sequelas e manter as funções vitais até que a vítima receba assistência profissional.

Trata-se de um conhecimento fundamental para profissionais da saúde e também para agentes que atuam na comunidade, como os agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate às endemias (ACE), que, embora não prestem atendimentos invasivos, são frequentemente os primeiros a chegarem ao local da ocorrência.

Importante destacar que os primeiros socorros não substituem o atendimento médico, mas representam o primeiro elo da chamada “cadeia de sobrevivência”, sendo decisivos para o desfecho clínico da vítima.

As noções básicas de primeiros socorros, e de atendimento pré-hospitalar (APH), por sua vez, são essenciais para garantir a segurança e o bem-estar das pessoas em situações de emergência, especialmente em ambientes de trabalho.

Esses conhecimentos abrangem a capacidade de agir de forma rápida e eficiente diante de acidentes ou incidentes, até que a assistência médica especializada chegue ao local.

A capacitação em primeiros socorros e em APH é fundamental para garantir uma resposta rápida e eficiente em situações de emergência. Empresas e organizações devem fornecer treinamentos regulares para seus colaboradores, assegurando que eles saibam como agir corretamente em situações críticas.

Além disso, é importante que o ambiente de trabalho seja equipado com os materiais necessários, como kits de primeiros socorros, equipamentos de imobilização e outros itens essenciais para a assistência imediata.

I AVALIAÇÃO DA CENA

Antes de qualquer ação direta na vítima, a prioridade absoluta é a segurança. Avaliar a cena significa observar cuidadosamente o ambiente à procura de riscos para a vítima, o socorrista e os demais presentes. Um socorrista bem-intencionado, mas imprudente, pode se tornar uma nova vítima.

Um exemplo prático é o caso de que, um socorrista, ao se deparar com um acidente de trânsito, jamais se deve atravessar correndo a via sem verificar o fluxo dos veículos. Além disso, se houver suspeita de vazamento de combustível, a aproximação deve ser evitada devido ao risco de explosão.

Assim, algumas ações a serem realizadas são a verificação de seguridade do local, identificar o número de vítimas e os possíveis mecanismos de trauma, bem como avaliar a necessidade de apoio (SAMU, 192, ou Corpo de Bombeiros, 193), e usar equipamentos de proteção individual (EPI), como luvas e máscaras, sempre que possível.

A avaliação da cena também permite estimar a cinemática do trauma, isto é, compreender o que causou as lesões. Por exemplo, uma queda de altura sugere impacto axial com possível lesão de coluna, enquanto colisões de veículo podem causar múltiplos traumas.

I AVALIAÇÃO DA VÍTIMA

Superada a etapa da segurança, passa-se à abordagem da vítima. A avaliação deve seguir uma sequência lógica e sistemática, dividida em avaliação primária e secundária.

Avaliação Primária – Protocolo ABCDE

- **A (Airway – vias aéreas com controle da coluna cervical):** verificar se a vítima está com as vias aéreas livres. Se estiver inconsciente, a língua pode obstruir a faringe;
- **B (Breathing – respiração):** observar se a vítima está respirando de forma eficaz, incluindo olhar o movimento do tórax, ouvir sons respiratórios e sentir o ar saindo pelo nariz;
- **C (Circulation – circulação):** verificar a presença de pulso, coloração da pele, presença de hemorragia externas. A ausência de pulso e respiração indica parada cardiorrespiratória, exigindo início imediato de RCP;
- **D (Disability – estado neurológico):** avaliar o nível de consciência, usando a escala AVPU – Alerta (*Alert*), responde à Voz (*Voice*), responde à Dor (*Pain*), Inconsciência (*Unconsciousness*);
- **E (Exposure – exposição e controle do ambiente):** expor a vítima para verificar outras lesões, mantendo sempre o controle térmico (evitar a hipotermia).

I PRIMEIROS SOCORROS OU PRIMEIROS CUIDADOS

Primeiros socorros, ou primeiros cuidados, referem-se ao conjunto de medidas imediatas e iniciais prestadas a uma vítima de acidente ou mal súbito, com o objetivo de minimizar os danos à saúde, estabilizar a condição da vítima e, quando necessário, transportá-la para o hospital. Alguns conceitos e procedimentos fundamentais incluem:

- **Avaliação da situação:** antes de prestar os primeiros socorros, é essencial avaliar rapidamente a situação, verificando o ambiente e garantindo que não há mais riscos para o socorrista e para a vítima;
- **Manutenção das vias aéreas:** garantir que as vias aéreas da vítima estejam desobstruídas é fundamental, especialmente em casos de desmaios ou dificuldades respiratórias;
- **Ressuscitação cardiopulmonar (RCP):** a RCP é uma técnica de emergência aplicada a vítimas de parada cardiorrespiratória, com compressões torácicas e respiração boca a boca, visando manter a circulação sanguínea e a oxigenação até a chegada do socorro médico;
- **Controle de hemorragias:** em caso de ferimentos com sangramentos, o controle da hemorragia é uma prioridade. A aplicação de pressão direta sobre o ferimento, o uso de curativos ou a elevação da área afetada são algumas das medidas para estancar o fluxo sanguíneo;
- **Imobilização de fraturas:** em casos de fraturas, é necessário imobilizar a área afetada para evitar danos adicionais até o atendimento médico; e
- **Atendimento a queimaduras:** em caso de queimaduras, deve-se resfriar a área afetada com água fria (não gelada) e, se necessário, cobrir com um curativo estéril para proteger a lesão.

Também é importante que, em se tratando de uma situação de acidente, não haja o oferecimento de alimentos ou líquidos ao acidentado, pois pode motivar um engasgo e levar a pessoa à situação mais gravosa.

É essencial também que se transmita calma à vítima, pois o estado emocional pode agravar a condição clínica. Um exemplo de primeiros socorros é em caso de acidente de moto, uma vez que deve-se evitar retirar o capacete da vítima, pois isso pode agravar lesões cervicais.

I ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH)

O atendimento pré-hospitalar (APH) envolve o conjunto de ações realizadas por profissionais capacitados, como paramédicos, bombeiros e socorristas, até que a vítima seja transferida para um hospital ou unidade de saúde.

O APH pode envolver a avaliação e a estabilização da vítima em situações mais complexas, que exigem conhecimentos mais profundos e o uso de equipamentos especializados. Alguns aspectos do APH incluem:

- **Avaliação primária e secundária:** no APH, a avaliação primária visa identificar e tratar as condições que representam risco imediato para a vida da vítima, como obstruções nas vias aéreas, hemorragias severas e parada respiratória. A avaliação secundária envolve um exame mais detalhado para identificar outras lesões ou condições, como fraturas ou contusões;
- **Estabilização da vítima:** o profissional de APH deve estabilizar a vítima, monitorando sinais vitais, administrando oxigênio, realizando imobilizações, entre outros procedimentos, até a chegada do suporte médico avançado;
- **Transporte da vítima:** o transporte seguro da vítima ao hospital é uma das etapas de grande importância do APH. Durante o transporte, a vítima